A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA EM BRAILLE PELA CRIANÇA CEGA

ELIZETE C. BENTO

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo dialogar a respeito da importância da leitura e da escrita em Braille pela criança cega sob a perspectiva do letramento escolar. Baseado no conceito de que a alfabetização é o processo de inserção e da participação do sujeito na sociedade, serão pontuadas estratégias de ensino, através da apresentação de subsídios didáticos que efetivamente permitam à criança atuar como protagonista nesse processo. E também subsídios para reflexão sobre as potencialidades da criança cega no desenvolvimento e aprendizagem da leitura e escrita, assim como compreender a função da escola ao implementar políticas públicas de inclusão que ampliem os horizontes da criança cega, ao construir seu conhecimento.

O tema da inclusão escolar tem sido amplamente discutido nos últimos tempos. Atualmente, estão sendo estabelecidas diversas políticas públicas acerca da inclusão em diversos âmbitos. Dentre estes está a inclusão de crianças com diferentes deficiências na escola.

Partindo-se do pressuposto que ler e escrever são práticas sociais inclusivas, pode-se afirmar que, para que a criança possa integrar-se à sociedade, é necessário que ela desenvolva a linguagem escrita e oral.

O ato de alfabetizar é um grande desafio por si só. E a alfabetização da criança cega é ainda mais desafiadora. Um dos maiores estudiosos na questão da

alfabetização foi Paulo Freire. Considerado o “patrono da educação brasileira” Freire aprofundou o tema da alfabetização por meio de sua obra, disseminada por muitos de seus colaboradores, como se vê abaixo:

Para GADOTTI:

O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva, “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social” (FREIRE Apud GADOTTI, 1991, p. 68).

Esta visão a respeito da alfabetização proposta por Freire é o que atualmente chama-se de letramento.

Para SOARES (1998, P.190) “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno”.

Se ensinar a decodificar os símbolos e fonemas já é um ato desafiador, para o professor, maior ainda é ensinar uma criança cega de modo a compreender o sistema de escrita e leitura utilizando o método Braille e, além disso, torná-la inserida na sociedade de forma a desenvolver a criticidade e a conscientização de que ela é sujeito de sua própria história, sem restrições.

UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO ACERCA DA INCLUSÃO

Para que seja possível compreender os aspectos referentes ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da pessoa cega ao longo da história da educação no Brasil, será apresentada uma breve contextualização desse processo escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no seu artigo 4.º, inciso III, definiu como dever do Estado a garantia de atendimento especializado gratuito aos educandos "com necessidades especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino". Sendo assim, de acordo com a LDB, a inclusão deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, o que abrange as crianças em fase de alfabetização independente de suas características.

Ao longo dos anos foram sendo desenvolvidas propostas educacionais a instituições de ensino que tinham como foco central a inserção escolar e social do cego.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) documento que servirá como norteador para todas as políticas educacionais do Brasil para a próxima década, é composto por 12 artigos e um anexo com 20 metas para a Educação, e tem como foco central a valorização do magistério e a qualidade da Educação. É neste documento que são encontradas orientações para as políticas de inclusão.

A meta 4 do PNE trata especificamente da educação de pessoas que se encaixam no perfil da Educação Especial, e seu texto original, apresentado pelo Ministério da Educação, foi resultado de um estudo amplo baseado na Constituição Federal e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que diz:

> Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Ministério da Educação, 2014, p.24).

Por outro lado, os municípios brasileiros também devem propor políticas de inclusão dessa natureza. A Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo desenvolve, atualmente, um trabalho através do Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão, o CEFAI. O Centro organiza ações de acompanhamento e formação às crianças, através de professores de apoio que fazem visitas itinerantes para orientação de professores e familiares, acompanham alunos no que se refere ao desenvolvimento educacional e psicossocial e, além disso, contribuem na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades Escolares. É deste Programa que emanam as diretrizes para o trabalho com crianças cegas.

No Brasil, o primeiro Projeto de Lei relacionado ao ensino de cegos foi apresentado pelo deputado Cornélio Ferreira França à Assembleia Legislativa, em 1835 com o objetivo de ensinar as primeiras letras aos cegos e surdos na capital do Império e nas capitais das Províncias. Infelizmente, foi rejeitada e arquivada.

Dezenove anos após a primeira tentativa frustrada de implantar o ensino aos cegos, D. Pedro II inaugurou a primeira escola para cegos na cidade do Rio de Janeiro, capital do país na época. Nomeada de Imperial Instituto de Meninos Cegos, o atual Instituto Benjamin Constant, atendeu, no ano de 1872, a 35 alunos e em 2014, 817 alunos.

Em São Paulo, até 1927 não existia uma escola para cegos e foi aí que numa reunião comemorativa à Semana Oftalmo-Neurológica da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, com a intervenção de um importante oftalmologista da época, o Dr. José Pereira Gomes ao Governo, à Igreja e à comunidade para a fundação de um instituto para cegos foi lançada a primeira pedra em maio de 1928, data de sua fundação. Essa instituição foi nomeada de "Instituto de Cegos Padre Chico".

Atualmente, um dos centros de referência para a pessoa cega, também localizada na cidade de São Paulo, é o Laramara - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, fundada em 1991, atende em média 600 pessoas por mês, entre crianças, jovens e adultos. Oferece atendimento especializado, apoio à família, centro de ludicidade, centro de tecnologia, assessoramento, defesa e garantia de direitos, entre outras ações.

Outra importante contribuição para a pessoa cega vem da Fundação Dorina Nowill. Esta Fundação promove desde 1946 a criação e distribuição de livros em Braille. Atualmente, considerada uma das maiores imprensas Braille no mundo, produz ainda livros falados, digitais acessíveis e programas de reabilitação para pessoas cegas e com baixa visão.

Cada vez mais, o cego surpreende a sociedade com sua capacidade de desenvolver-se e estabelecer-se como protagonista de sua própria história e de ter uma vida totalmente independente. Dentre os avanços no campo da educação inclusiva está a sistematização teórica em torno do tema, para a qual é fundamental o trabalho de Mantoan (2003), quando afirma:

... não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (MANTOAN, 2003, p.16).

Baseado neste conceito, pode-se afirmar que a busca pela inserção de todos os cidadãos iniciada na escola, pauta-se no desenvolvimento integral do indivíduo, e, sendo assim, deve proporcionar o aprendizado através de mecanismos que auxiliem na aquisição do conhecimento de acordo com cada particularidade inclusiva.

Maria Teresa Eglér Mantoan participou do grupo de trabalho que resultou no documento intitulado “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da

Educação Inclusiva” publicado em janeiro de 2008 pelo Ministério de Educação e Cultura. Foi um amplo processo de discussão e avaliação dos avanços e desafios na implementação de políticas públicas acerca do tema que deu origem à publicação e de qual é fruto o CEFAI - Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão, que foi instituído em 2010 através do Decreto Municipal nº 51.778/2010 tendo em vista o compromisso em relação

ao desenvolvimento educacional e psicossocial dos educandos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Além das legislações e da ação escolar, é necessária a participação familiar. VIGOTSKY (1989, p.7) afirma que deficiências de ordem biológica como a cegueira, têm consequências sociais e, assim sendo, necessitam de intervenções familiares para que haja a transferência cultural da família oportunizando a transmissão dos aspectos e costumes que contribuam para sua formação em todos os âmbitos. A articulação das ações educativas entre a família e a escola garante a plena inclusão da criança nas esferas que organizam as práticas sociais.

Em outras palavras, os profissionais que atuam na escola devem ter conhecimentos gerais e específicos a respeito das principais deficiências para que possam trabalhar com seus alunos. Por exemplo, ter conhecimento do método Braille para trabalhar com cegos, da LIBRAS para o trabalho com surdos e assim por diante.

A CRIANÇA CEGA E A ALFABETIZAÇÃO

O processo de alfabetização, por si só, já é bastante complexo, visto que alfabetizar não é apenas ensinar sinais gráficos e fonemas e sincronizá-los. De acordo com ALMEIDA:

> Alfabetizar é rasgar horizontes, abrir atalhos, apontar saídas, descobrir soluções, criar situações concretas e propor desafios. É fazer o educando trilhar o caminho do conhecimento formal, e levá-lo a apreender "o saber consciente". Não se trata de uma mera linguagem metafórica, em cujo cerne repousam comparações de efeito literário: essas palavras guardam a justeza do exercício de uma verdade irrefutável. (ALMEIDA, 1997, p.91)

Sendo assim, é possível afirmar que, a partir da escolarização, a criança adquire conhecimentos e desenvolve habilidades que possibilitam o aprender formal.

Segundo Vygotsky (1987, p.4), o desenvolvimento cognitivo se dá pelo processo de internalização social com materiais fornecidos pela cultura. Dentro da teoria sócio-histórica proposta por Vygotsky, a interação social garante a criança entrar em contato com elementos mediadores e também faz uso deles e com isso surgem os processos mentais. A criança estrutura o seu conhecimento utilizando-se de diferentes signos e instrumentos, idealizando e problematizando situações para as quais cria hipóteses que se revela com criação original compreendendo os conhecimentos dia a dia através das relações estabelecidas dentro do meio social. O sistema Braille é um mediador que constrói as condições que devem garantir a alfabetização das crianças cegas.

Desta forma, a alfabetização da criança cega fica assegurada em condições de qualidade, ainda que apresente a complexidade própria do processo.

Se comparados os processos de aprendizagem entre as crianças cegas às videntes, pode-se afirmar que, as videntes, tem contato com o universo da leitura e escrita desde muito cedo através de cartazes, placas, propagandas e tudo o mais que a cerca.

A criança cega, assim como a vidente, dispõe dos outros sentidos para que

possa desenvolver-se, entretanto, quando orientada, aprenderá a organizar seus sentidos e conseguir compreender as informações que recebe através deles. Ela não conta com nenhum privilégio específico quanto à audição e o tato, por exemplo, mas com a experiência e prática, logo adquirirá os requisitos necessários para a interação com o mundo. A necessidade de que outros sentidos sejam ativados desenvolverão habilidades necessárias para a alfabetização.

Segundo AMORIM e ALVES (2008, p.19) a principal função da audição, para a criança cega, é a de transmitir informações acerca da distância e da direção, o que possibilita controle do ambiente. Esse sentido deverá ser desenvolvido de maneira adequada para que produza sentido e significado.

Os autores afirmam ainda que, anterior ao desenvolvimento da escrita e da leitura é necessário que sejam trabalhados pela família e pela escola atividades que desenvolvam essas percepções. Para as crianças em geral, a manipulação de objetos é importante no processo de desenvolvimento. Para as crianças videntes, a combinação do tato com a coordenação viso motora refinará a aptidão e o conhecimento.

A criança cega desenvolverá essas habilidades a partir da coordenação bimanual, pois suas mãos além de executar uma determinada tarefa também cumprirão uma função de percepção sensorial.

A LEITURA E A ESCRITA EM BRAILLE

Inúmeras foram as tentativas, em diferentes países para se descobrir meios pelos quais as pessoas cegas pudessem ler e escrever.

Baseado numa invenção anterior denominada sonografia ou código militar, criada por Charles Barbier, um jovem francês chamado Louis Braille, cego desde os três anos de idade, desenvolveu seu próprio experimento baseando-se em doze sinais, compreendendo linhas e pontos salientes, representando sílabas na sua língua materna.

O denominado Sistema Braille, criado em 1825, baseia-se em seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas, que possibilitam 63 símbolos diferentes e são empregados nos diversos idiomas, em símbolos numéricos e científicos, na música e na informática.

Infelizmente, seu sistema não teve aceitação imediata.

Louis Braille morreu sem que seu sistema fosse reconhecido oficialmente. O principal obstáculo para a sua implantação foi a recusa das autoridades acadêmicas, que pensavam que a utilização desse sistema marginalizaria ainda mais os cegos. Entretanto, eram tantas as vantagens que os próprios cegos se encarregaram de popularizá-las e conquistar seu reconhecimento. (PIÑERO, 2003, p.228).

Apenas em 1878, num congresso internacional realizado em Paris, onde representantes de onze países europeus mais os Estados Unidos, ficou estabelecido que o Sistema Braille deveria ser adotado de forma padronizado para o uso na literatura.

Conhecido e utilizado em todo o mundo, o Sistema Braille, chegou ao Brasil em1854, quando adotado no Imperial

Instituto dos Meninos Cegos (hoje, Instituto Benjamin Constant), sendo assim a primeira instituição na América Latina a utilizá-lo. Atualmente se faz imprescindível para o aprendizado da criança cega, pois é considerado como recurso de escrita e leitura nas diversas áreas do conhecimento, tais como a Língua Portuguesa, a matemática e outras ciências, a Música e a Informática.

A PREPARAÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO DA CRIANÇA CEGA

Ao iniciar a vida escolar, a criança cega passa a seguir uma rotina, conviver com outras crianças, com professores, passa a conhecer outros ambientes e desta forma, cria novas oportunidades de desenvolver habilidades e competências que envolvem o âmbito escolar.

Durante a educação infantil, de acordo com o documento SEESP/MEC (2006, p.60), é necessário que se estimule a criança para que ela desenvolva a percepção corporal e espacial, compreenda conceitos, consiga discriminar sons, toques e texturas.

De acordo com AMORIM e ALVES (2008, p.13-21), diferente das crianças videntes, a criança cega não tem o modelo visual para imitar, sendo assim, deve haver um estímulo extra. Ela utilizará outros sentidos, principalmente a audição e o tato, para suprir a falta de informação visual. As atividades a serem desenvolvidas com a criança cega, serão de manipulação de objetos com formas, tamanhos e texturas diversas, a audição de sons variados, a locomoção no espaço onde mantém sua rotina, aprendendo a se localizar espacialmente. O olfato e o paladar também cumprem seus papeis, pois fornecem informação à criança cega.

A orientação e a mobilidade na escola também devem ser propícias para o desenvolvimento das habilidades para as atividades da vida autônoma da criança. Para que a criança adquira segurança é necessário que sejam desenvolvidas atividades que desenvolvam seu esquema corporal quanto ao espaço e tempo e também as capacidades físicas como o equilíbrio, a força e a velocidade.

A disposição do mobiliário e a sinalização do piso e/ou parede para a locomoção diária são aspectos a serem priorizados no cotidiano escolar para que a criança obtenha autonomia ao locomover-se dentro do espaço escolar.

É importante que o professor trabalhe inicialmente com a exploração dos espaços, partindo do reconhecimento do corpo da criança, depois, do mobiliário que a rodeia dentro da sala de aula e na sequência, o exterior da sala de aula, o percurso que a leva aos outros ambientes, bem como o que os compõem através de brincadeiras adaptadas, jogos e demais atividades orientadas.

A ALFABETIZAÇÃO E O LETRAMENTO ESCOLAR

Alguns questionamentos se fazem necessários no que diz respeito ao letramento: o que é, em quais aspectos ele contribui para o processo de alfabetização, é possível que alfabetização e letramento estejam dissociados?

A partir da década de 1980, muito se tem visto o termo letramento relacionado à alfabetização.

É importante que este conceito esteja claro para que se possa compreender sua real importância.

Segundo KLEIMAN o termo "letramento" está totalmente associado à alfabetização:

O letramento não é alfabetização, mas a incluem. Em outras palavras, letramento e alfabetização estão associados. A existência e manutenção dos dois conceitos, quando antes um era suficiente, é importante (...). Se considerarmos que as instituições sociais usam a língua escrita de forma diferente, em práticas diferentes, diremos que a alfabetização é uma das práticas de letramento que faz parte do conjunto de práticas sociais de uso da escrita da instituição escolar (KLEIMAN, 2005, p.11).

É importante ressaltar que o letramento não se restringe às práticas de leitura e escrita, pois elas são apenas parte do processo. Letrar é considerar todo o desenvolvimento da criança no contexto social e cognitivo, para tanto é necessário valorizar o aprendizado informal da criança e associá-lo ao aprendizado formal adquirido na escola.

O relacionamento social e os conceitos que se adquire a partir dele são elementos que se constituem o letramento.

Segundo KLEIMAN (2006), o letramento pode ser definido como um conjunto simbólico de tecnologia que usa a escrita para alcançar objetivos específicos em contextos específicos.

De acordo com a autora, pode-se observar que o letramento está em todas as partes: na família, nas ruas, na igreja, na escola e demais ambientes de relacionamento social.

Desta forma, as pessoas aprendem a se relacionar umas com as outras. Na família, as crianças recebem de seus pais a educação informal, que é a base para a formal (VYGOTSKY, 2003). E em cada ambiente social ela vai adquirir conhecimentos que se agregarão aos outros, sucessivamente, formando assim sua "bagagem" de aprendizados informais. E, somados todos eles ao que ela adquirirá na escola, contribuirá para a sua aprendizagem formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que haja uma tomada de consciência coletiva no âmbito escolar, para que todos promovam a igualdade de condições e acesso. O educador precisa estar preparado para desempenhar seu papel junto à inclusão de modo a proporcionar ao seu aluno cego condições igualitárias dentro da escola.

Cabe à escola organizar um currículo que possibilite a essa criança tornar-se protagonista, sujeito participante na sociedade de forma crítica e efetiva.

As crianças cegas precisam aprender as linguagens e códigos, entretanto é importante que ela o faça compreendendo qual é sua função social, como irá utilizála nos diferentes contextos.

Vale lembrar que, o interesse pela escrita não ocorre para a criança cega de forma natural, por isso, proporcionar um maior contato com a linguagem, em geral, auxiliará a criança no processo da aquisição da leitura e da escrita em Braille.

Através da identificação em escrita